

## VER E REVER A PAISAGEM – MIRADOUROS EM PORTUGAL

Humberto Yamaki

*Coordenador do Laboratório de Paisagem,*

*Universidade Estadual de Londrina*

Bruno Frank

*Doutorando no programa de Pós-Graduação em Geografia,*

*Universidade Estadual de Londrina*

### Introdução

Portugal é a terra de “miradouros”. O relevo variado, de serras e maciços, favorecem a formação de locais propícios à observação da paisagem. Em tempos remotos eram locais de vigia e defesa. Miradouros fazem parte dos guias de turismo das cidades portuguesas e, mais que isso, parte da cultura e identidade dos moradores.

Em Lisboa, a construção de uma edificação que iria barrar a integridade da vista do Miradouro de Nossa Senhora do Monte foi recusada pela Câmara Municipal. Na justificativa, é relatado que o “local é de característica única [...] um espaço de dimensão afetiva na vida de centenas de milhares de pessoas”.

Originariamente a palavra miradouro significava um local alto da casa onde era possível visualizar o horizonte. A partir de certo momento, passa a indicar pontos pré-identificados da cidade onde se pode desfrutar de uma vista panorâmica. A morfologia tradicional de vilarejos em Portugal, adaptada ao relevo, contribui para a formação de pontos altos estratégicos. A atração aos mirantes pode ser analisada segundo variadas teorias de paisagem. Tratam do habitat, da preferência, processamento de informações a apego ao lugar, entre outros.

Finalmente, podemos analisar a paisagem de mirantes como uma paisagem inclusiva e restaurativa. Ver e rever a paisagem é uma maneira de fazer reconhecer e fortalecer o apego ao local. Preservar o caráter das cidades.

### Miradouros, algumas definições

Historicamente, não existe diferenciação na denominação de miradouros: naturais ou artificiais. Assim, apresentam variações desde locais estratégicos em promontórios a torres medievais e igrejas no topo de colinas.

Segundo Bluteau (Diccionario da Lingua Portuguesa, 1798):

Miradouro, f.m. mirante, lugar alto da caza de onde se descortina hum largo horizonte. Horisonte, f.m. circulo que, divide a esfera em partes iguais, e tem por centro o ponto em que cita o observador, esse é o Horisonte mathematico; o físico, He aquelle extemo em que ultimamente para avista, e onde nos parece unir-se o Ceo á terá; aliás horisonte sensível, ou visível (BLUTEAU, 1798, grafia original, adaptado).

Não se sabe ao certo o momento em que o significado da palavra miradouro foi sendo ampliado. De um “lugar da casa” para lugar alto de contemplação.

Sobre as possibilidades da utilização de miradouros para a observação da paisagem, podemos citar Daveau (1985) e Cunha (2010). Para Daveau (1995) “[...] a paisagem actual pode, e deve, ser observada a olho, de maneira casual e intuitiva, andando a pé pelos caminhos, trepando até aos miradouros, observando o viver dos habitantes, o ritmo das suas ocupações diárias e familiares, e no âmbito do seu habitual território(1995, p138, adaptado)”

Nos estudos de geomorfologia da região da serra do Sicó, Cunha (2010) aponta para o aproveitamento de principais miradouros onde “[...] o visitante ter uma percepção mais real e um melhor entendimento da paisagem e dos elementos que a estruturam (CUNHA, 2010, p.13, adaptado)”.

### **Miradouros em guias de turismo: Lisboa, Coimbra e Muralhas do Mondego**

Nos guias e roteiros de vilas e cidades de Portugal, os miradouros constituem parte essencial do conjunto de atrativos oferecidos a moradores e turistas. Um roteiro tradicional de visita de Miradouro em Lisboa faz uma apresentação do que deve ser apreciado: o rio Tejo, o casario à serra do horizonte. A partir de cada Miradouro de Lisboa é possível identificar, reconhecer os velhos bairros (CML 2018).

Assim, os miradouros constituem locais onde os visitantes podem apreender os componentes da paisagem e sua história, reconhecer e fortalecer o apego à cidade.

Um outro roteiro, publicado pelo Conselho Nacional de Cultura de Portugal (2018) apresenta os Miradouros de Lisboa. Traz como chamada as características geomorfológicas da cidade e aponta para o que denomina “o surpreendente contraste da luz sobre as colinas e o Tejo que se renovam constantemente”. Complementa afirmando que: “Os motivos são muitos e diversos, desde a beleza do casario antigo alcandorado nas encostas, ao polvilhar do verde de jardins e parques, passando pela azáfama do tráfego ribeirinho e das embarcações, até ao perder de vista do recorte de serras” (CNCP, 2018).

O panfleto trata a seguir do histórico da cidade. “Lisboa, cidade mítica e antiga, começou por ocupar inicialmente o “oppidum” a que corresponde a colina

do Castelo e foi, com o caminhar dos tempos, dilatando-se, ganhando novos vales e colinas, ligando-os entre si”. A página finaliza com a seguinte conclusão: “Todo este processo conferiu-lhe, umas vezes, por força de feliz acaso, outras, por planeamento urbano, uma conjugação plástica harmoniosa, que reflete o espírito e as vicissitudes das épocas (idem, ibidem)”.

Na seção Lazer-entretenimento do site da Câmara Municipal de Lisboa (CML, 2018) consta: “Lisboa, cidade de várias colinas, expande-se pelas encostas até à frente ribeirinha ao longo do Tejo, oferecendo excelentes vistas a partir de miradouros existentes em pontos altos ou em terraços de monumentos” (CML, 2018). Em seguida apresenta os vários Miradouros de Lisboa e as vistas potenciais de cada um. “Para conhecer a Lisboa Antiga debruce-se nos gradeamentos dos miradouros do Castelo de S. Jorge, o mais alto de todos, de Santa Luzia, de onde se pode assistir ao nascer ou ao pôr do sol sobre o rio e ver os telhados do velho bairro de Alfama, da Senhora do Monte, com a sua capela com alpendre do século XII, da Graça virado para a Mouraria, de São Pedro de Alcântara e de Santa Catarina, junto aos bairros antigos da Bica e do Bairro Alto (idem, ibidem)”.

Em Coimbra, é bastante conhecido o Miradouro do Vale do Inferno, na outra margem do rio Mondego. Dali é possível avistar o curso do rio Mondego, a Baixa e a Alta da cidade, e os arredores. Sobre esta paisagem cênica escreveu Martins (1951), reforçando a “transição suave de planos e o esbatido da sinfonia cromática”.

Um projeto importante na região central de Portugal é a Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Rede, 2012). Visa resgatar uma linha militar criada há séculos. É composta de muralhas, fortes e castelos, denominada Linha Defensiva do Mondego. Não só as estruturas edificadas, Monumentos Nacionais em elevações estratégicas, mas abre a possibilidade de contemplar paisagens a partir das muralhas. De locais de conflitos armados com necessidade de vigiar, para locais onde se pode contemplar a bacia do Mondego e a riqueza da paisagem natural e cultural.

O Castelo de Montemor-o-Velho é um importante local de visitação dessa Rede. Implantado num sítio alto ocupado desde o Neolítico, foi sucessivamente reconstruído e repovoado, em 1071-72. Do Castelo de Montemor   possível observar em 360 graus os vários canais do rio Mondego, áreas de plantio. Como novo uso, observar as rias ou lagoas fluviais de proteção ambiental e sua fauna.

**Figura 1:** Vista da planície de aluvião e os canais do rio Mondego a partir do Castelo de Montemor-O-Velho (Yamaki, 2018)



### **Morfologia de aldeias**

Em Portugal, muitas aldeias possuem origens romanas ou pré-romanas ou serviram de defesa no período da Reconquista e reflete estes momentos “[...] vestígios romanos, castelos e muralhas medievais, pelourinhos medievais e quinhentistas, igrejas e janelas manuelinas, obras seiscentistas nas estruturas militares, palácios e igrejas barrocas, novas construções ou melhoramentos realizados no século XVIII (LOUSADA, 2008, p.12, adaptado)”. Tal panorama de diversas contribuições torna difícil datar ou associar as cidades com padrões de morfologia urbana específicos (GASPAR, 1969, TEIXEIRA, 1993).

De forma geral, nas cidades de origem portuguesa conjugou-se uma síntese do componente vernáculo, de origem mediterrânea<sup>1</sup> que “[...] se traduz na capacidade de a cidade se articular como território em que se implanta (TEIXEIRA, 2012, p.13)” e um segundo componente, erudito e “[...] herdeira da cultura urbana romana reformulada no renascimento e que se traduz em regularidade e na geometria do traçado (TEIXEIRA, 2012, p.14)”.

<sup>1</sup> Por exemplo, ainda na idade média uma série de recomendações construtivas e de ordenação do território conhecidas como ordenações manuelinas (1521) foram introduzidas nas aglomerações urbanas. De caráter prescritivo, não trazia pormenores a respeito do tipo de edificação e suas dimensões, mas traçava intenções e diretrizes para o funcionamento da comunidade (PINTO, 2010). Dentre elas, incluíam-se o escalonamento de portas ou janelas entre os vizinhos de forma a preservar a privacidade dos moradores. De acordo com o autor essa medida simples teve impacto na formação do tecido urbano e explica algumas formas irregulares nos padrões de arruamento observados.

Em um território limitado pelo mar Atlântico e por inimigos mouros e cristãos é natural a procura por morros defensivos. De acordo com Graça (2002) existem quatro tipos comuns de tipos divididos em duas fases na implantação dos povoados ou aldeias em Portugal.

Durante a primeira fase de implantação de um povoado existem três tipos mais comuns: (1) Linhas de festo ou cumeada; (2) promontório e (3) à meia encosta. Já na fase seguinte da implantação, os povoados atingem uma área de (4) vales.

1. Linhas de festo: Utilizados pela praticidade (regularidade para distâncias longas, evitando obstáculos maiores). Outro ponto, são mais seguros pois apresentam maior controle visual da Paisagem dos vales.
2. Promontórios: Também de simples ocupação, pois são “[...] defendidos pela topografia, tem por sua definição uma única linha de acesso facilmente controlável (GRAÇA, 2002, p.11, adaptado)”. São comuns em primeiros acampamentos ou em fases iniciais de ocupação por conventos, castelos ou Villas.
3. Meia-encosta: Surge posteriormente como forma de relacionar os dois sistemas anteriores, ligando promontórios às linhas de festo. Passam a “conectar” os lugares.
4. Já a ocupação dos vales surge do cruzamento das “águas” no crescimento e interligação da malha urbana nos tipos/fases anteriores. O sistema de caminhos constitui “[...] um sistema embrionário de espaço público, e em sentido inverso, define, entre caminhos o sistema inicial de subdivisão que permite os limites da privatização progressiva dos solos (GRAÇA, 2002, p.12, adaptado)”.

Dentre os tipos acima citados, Coimbra é um exemplo de ocupação de promontório. O primitivo núcleo ficava no cimo da colina com cento e sessenta metros de altitude. Oferecia condições naturais de defesa e de controle da passagem quase obrigatória entre o Norte e o Sul. O traçado sinuoso e de ruas estreitas é considerada uma herança da ocupação árabe. (CMC 2018)

### **Miradouros e as Teorias de Paisagem.**

No estudo de elementos de composição da paisagem, Higuchi (1983) reforça a importância do que denominou domínio (*domain*). A leitura integral dos limites, centro focal e direção. Segundo o autor, a paisagem revela, através dos elementos, as opções escolhidas sob determinadas condições, a cada época (HIGUCHI, 1983, p.185).

A persistência de uso e a preferência por miradouros como ponto de observação ( a partir do alto) ou ponto focal ( a partir de baixo) pode ser explicada através de teorias de paisagem.

Assim, uma paisagem pode ser avaliada como:

1. Paisagem de preferência – resultante de avaliação estética pelos indivíduos e
2. Paisagem de pertencimento - adquirida através de experiência direta e da interação em locais específicos. (Cheng 2007, p.1 *apud* Jones, Patterson & Hamitt, 2000).

### **Paisagem de Preferência**

Em relação à paisagem de preferência, podemos citar: 1)Teoria do Habitat (Appleton (1996), 2)Teoria do Refugio (Appleton, 1975) e a 3)Teoria do Processamento de Informações (Kaplan e Kaplan, 1989).

(1) Na Teoria do Habitat, Appleton (1996) sugere que o ser humano tem preferência inerente por locais com características que ofereçam possibilidade de acesso a abrigo, sombra, alimento e água. Assim, a preferência espontânea por determinadas paisagens está relacionada às condições favoráveis de sobrevivência.

(2). Segundo a Teoria do Refugio de Appleton (1975), “as pessoas preferem ambientes em que elas podem prospectar (explorar ou vigiar) seu entorno e que possa refugiar rapidamente, caso necessário”. Ambientes com essas características são apreciadas, comparativamente a outros. O principio de Appleton é baseado na evolução do ser humano. Justifica que, para os povos primitivos, ambientes com ampla capacidade de vigilância e de refugio incrementavam a possibilidade de sobrevivência. Havia ainda, segundo Berque (1990) a possibilidade do domínio visual, controle com o olhar.

(3). A Teoria de Processamento de Informações (Kaplan, 1998) ou estudo de preferência visual da paisagem sugere que a “necessidade de compreender e o desejo de explorar” fazem parte das respostas perante um ambiente desconhecido. A matriz desenvolvida por Kaplan (1998) apresenta quatro variáveis: complexidade, coerência, mistério e legibilidade. Sendo que a complexidade é a existência de grande numero de componentes, coerência tem relação com a ordem e organização, mistério é a existência de qualidades que reforçam a necessidade de exploração das partes até então não visíveis, e, finalmente, legibilidade é a condição que permite as pessoas compreenderem o conjunto de elementos e suas funções.

Segundo Kaplan (1998), mesmo uma pequena quantidade dessas variáveis de qualidade faz diferença substancial no bem estar dos indivíduos.

## **Paisagem do Apego**

Outra vertente de estudo é aquela relacionada à fixação/apego do indivíduo com determinado local. A Teoria do Pertencimento (*emotional place bonding*) enfatiza a experiência e envolvimento do ser humano com o ambiente.

Segundo Riley (1992), existem três processos no desenvolvimento da relação com uma paisagem comum (*ordinary landscape*): (1) A resposta do ser humano perante demandas específicas do lugar, que conduz a um sentimento de afeição; (2) A interação da sociedade durante muito tempo em determinado lugar cria laços; (3) A influência da experiência pessoal.

Novamente, podemos afirmar sobre a possibilidade de analisar os miradouros sob o enfoque do pertencimento. Nos miradouros-castelo em Portugal, cuja origem remonta à época pré romana e romana, a vivência de gerações e gerações com práticas e costumes sociais e religiosos, fortalece o apego local. Esses processos são próximos ao que afirma Lewis (1979): Paisagens são ambientes simbólicos que refletem significados, valores e crenças.

## **Paisagens Inclusivas/Restaurativas**

Finalmente, ainda outra vertente de estudo relaciona-se às chamadas paisagens inclusivas ou restaurativas. Em 2004, Burton e Mitchell a identificaram o que denominaram de design urbano inclusivo. Tratava de ambientes amigáveis a idosos e portadores de doenças degenerativas da memória.

As autoras identificaram seis princípios considerados importantes: familiaridade, legibilidade, distinguibilidade, acessibilidade, conforto e segurança. Consideram que: um ambiente familiar é aquele óbvio, com poucas mudanças e componentes compreensíveis. Um ambiente legível é aquele com ruas de hierarquia clara, malha irregulares, sinalização mínima, mas clara. A distinguibilidade refere-se à existência de marcos visuais, espaços públicos e edificações variadas. O conforto trata da existência de caminhos calmos e alternativos, arborizados, espaços públicos com equipamentos. Finalmente, a segurança que trata de aspectos relacionados à caminhabilidade. (Burton & Mitchell 2004, adaptado).

Os miradouros como marcos a serem vistos da parte baixa da cidade, à paisagem cênica contemplada a partir do alto, constituem paisagens de preferência, inclusivas e restaurativas.

## Um estudo de caso: Miranda do Corvo

Miranda do Corvo é uma vila que fica na serra da Lousã, quinze quilômetros ao Sul de Coimbra. Seu castelo Miranda do Corvo faz parte da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, um projeto que recupera a linha militar de defesa criada a partir de 1064 (RCMM). O topônimo Miranda, vem do latim *mirandus* e significa atalaia, associado ao castelo que ficava no alto de um morro. Dali era possível vigiar importantes vias romanas antigas de comunicação. Uma estrutura militar já existiria em 998 (CMMC, 2018).

Recente projeto de requalificação do Alto do Calvário (2012) recupera a torre da igreja, a ladeira do Calvário e o miradouro.

**Figura 2:** Na esquerda: Vista do Alto do Calvário a partir da Vila.



A direita, Caminho ao Alto do Calvário com bancos voltados ao vale (Yamaki, 2018).

Sobe-se ao alto da colina a partir de estreitas vielas do casario no sopé. No alto identificamos a Igreja Matriz, Capela, Cruzeiro, o Cristo, além do cemitério. São visíveis de vários pontos da vila. Dali do alto é possível avistar a panorâmica da vila em 360 graus. O tramo leste da Ladeira do Calvário é a que possibilita visualizar o conjunto do núcleo antigo, o rio, o casario e as serras. Bancos fixos voltados para o vale permitem contemplar o casario coeso ao sopé até a serra do caminho para Lousã ao longe. A maneira como esses bancos são dispostos tem um significado educativo: aprender a apreciar, dialogar com a paisagem.

Miranda do Corvo e o Alto do Calvário constituem paisagem de preferência e de apego para a população. Caminho de peregrinação e de memória. Suas qualidades atendem os princípios de paisagens de preferência.



## Conclusão

Os miradouros originados como estruturas de defesa e controle, constituem hoje pontos turísticos importantes nas cidades de Portugal.

Segundo teorias de preferências de paisagem, a vista a partir do alto constituía condição de sobrevivência. Do topo era possível explorar, avaliar os componentes da paisagem. A longa história da vila e gerações permanecendo no mesmo sitio criam laços de permanência através de interações entre os membros da comunidade.

Ver repetidamente as paisagens através dos miradouros permite à comunidade reconhecer, reavivar os fragmentos da cidade, e a um turista eventual, conhecer o conjunto e sua história. Tem função educativa. Como elementos de fortalecimento da legibilidade e pertencimento, os miradouros têm importância cada vez maior, na manutenção de elementos que possibilitam reforçar os elementos significativos à memória, e na conscientização para a preservação e manutenção do caráter das cidades,

Sob essa ótica, os miradouros de Portugal revelam também significados e possibilidades na formação de uma rede de belvederes no Norte do Paraná-Brasil: ver e rever paisagens.

## Agradecimentos

À CAPES/FCT pelos recursos financeiros à Missão de Trabalho a Coimbra em Outubro/Novembro 2018.

Ao Prof. Dr. Lúcio Cunha pela gentileza de visitas guiadas às paisagens cársicas e rias de Portugal Central.

Ao Prof. Dr. António Campar pela indicação de referencias e “Cartas Militares”.

## Referencias

ALARCÃO, J. D. *Coimbra: A montagem do cenário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA. *Aldeias do Norte de Portugal*. Ponte de Lima: Edição TPnp, 2015.

BERQUE, A. *Nihon no Fukei, Seiyō no Keikan*. Kodansha, 1990,

BUTLER, J.; HOLDEN, K.; LIDWELL, W. *Universal principles of Design*. 5. ed. Rockport: Rockport Publishers, 2010.

CHENG, C. *Understanding visual preferences for landscapes: a examination of the relationship between aesthetics and emotional bonding*. Tese de doutorado em Filosofia. Austin: Texas University. 2007. p. 193.

CMC. *Alta e Baixa de Coimbra.Casco Urbano*, 2018. Disponível em: <<https://www.cm-coimbra.pt/index.php/municipio/municipio/historia-da-cidade/item/382-o-casco-urbano>>. Acesso em : 15 dezembro 2018.

CML. *Miradouros*. Câmara Municipal de Lisboa, 2018. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/visitar/lazer-entretenimento/miradouros>>. Acesso em: 15 dezembro 2018.

DIARIO DE NOTICIAS, Medina garante que prédio que roubaria vista à Senhora do Monte não vai ser construído, 15 set 2018, disponível em <https://www.dn.pt/cidades/interior/medina-garante-que-predio-que-roubaria-vista-a-senhora-do-monte-nao-vai-ser-construido-9871214.html>.

GASPAR, J. *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*. Finisterra, Lisboa, v. IV, n. 8, p. 199-214, 1969.

GRAÇA, J. L. *Metamorfose*. J-A Journal Arquitectos, Lisboa, n. 206, p. 8-12, Maio/Junho 2002.

HIGUCHI, T.; *The Visual and Spatial Structure of Landscapes*, MIT, 1983. pp. 182-186.

JONES, C. D.; PATTERSON, M. E.; HAMMITT, W. E. *Evaluating the construct validity of sense of belonging as a measure of landscape perception*. Journal of Leisure Research, Minnesota, v. 32, n. 4, p. 383-395., 2000.

KAPLAN, Stephen. *Perception and Landscape: Conceptions and Misconceptions*. In: Proceedings of our National Landscape: a conference on applied techniques for analysis and management of the visual resource. Incline Village: 1979. Disponível em: [http://www.fs.fed.us/psw/publications/documents/psw\\_gtr035](http://www.fs.fed.us/psw/publications/documents/psw_gtr035). Acesso em 28 de dezembro de 2018.

KAPLAN R.; KAPLAN S.; RYAN,R.; *With People in Mind*, Island Press, 1998.

LOUSADA, M. *Antigas vilas, aldeias velhas, novas aldeias. A paradoxal identidade das aldeias históricas de Portugal*. In: CAVACO, C. Turismo, inovação e Desenvolvimento. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2008. pp. 143-174.

MARTINS, A. *Coimbra:...alguns apontamentos para uma palestra*. Universidade de Coimbra, 1951, Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316.2/39270>> , acesso em 15 dezembro 2018

MITCHELL, L.; BURTON, E. *Designing Dementia-Friendly Neighbourhoods: Helping People with Dementia to get out and about*. Journal of Integrated Care, Londres, v. XVIII, n. 6, 2010. pp. 11-18.

PINTO, S. *Visual Infringement: A Bottom-up Design Process in the Urban Form of the Ancient Portuguese Cities*. 17th Conference International Seminar Urban Form, Formation and persistence of townscape. Hamburgo: ISUF. 2010. pp. 1-14.

RILEY, R. *Attachment to the ordinary landscape*. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. Place attachment. New York: Plenum Press, 1992. p. 13-36.

SAPO. *Miradouros de Lisboa*. E-Cultura, 2018. Disponível em: <<http://www.e-cultura.pt/artigo/19379>>. Acesso em: 15 dezembro 2018.

TEIXEIRA, M. *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*. Análise Social, Lisboa, v. 121, n. 2, pp. 371-390, 1993.

TEIXEIRA, M. *A forma da cidade de origem Portuguesa*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo , 2012.